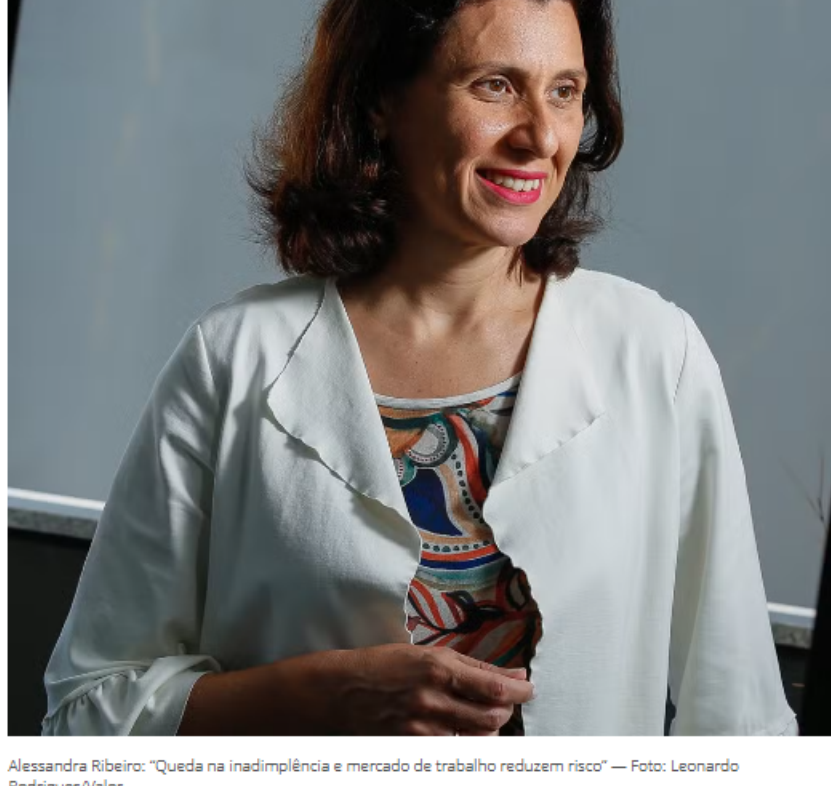


# Incertezas sobre juros ameaçam queda do ‘spread’ bancário

Diferença entre taxa de captação e de empréstimo alcançou 18,85 pontos percentuais em maio, menor nível desde julho de 2022

Por **Estevão Tajar** e **Gabriel Shinohara** — De Brasília

15/07/2024 05h01 - Atualizado há 4 horas

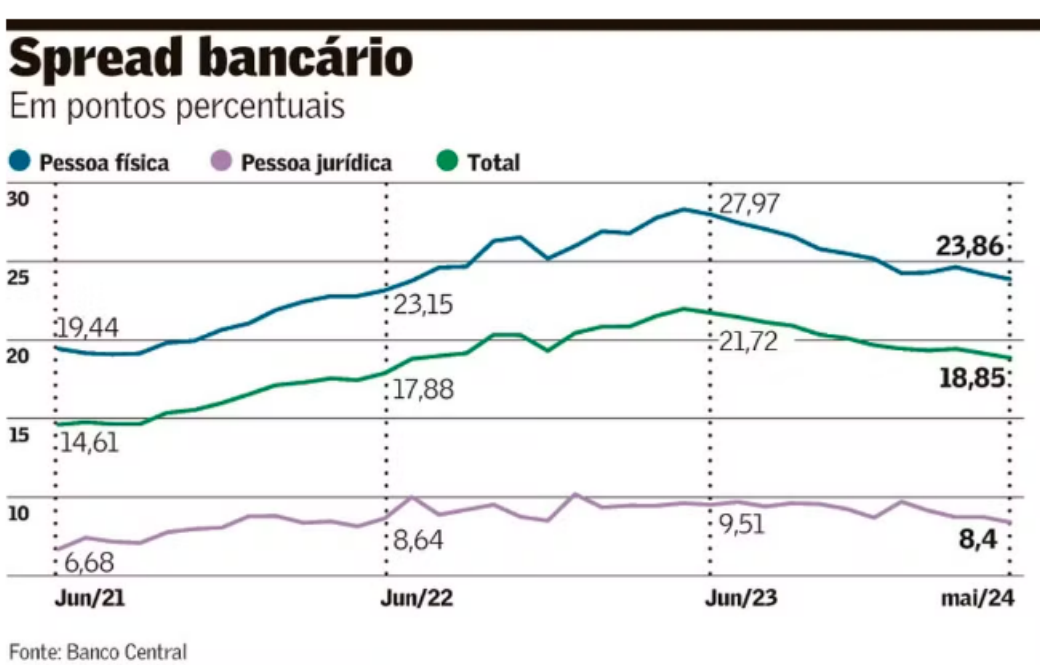


Alessandra Ribeiro: "Queda na inadimplência e mercado de trabalho reduzem risco" — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

O prêmio cobrado pelas instituições financeiras nos empréstimos, o chamado “spread” bancário, atingiu o menor patamar em quase dois anos. Mas as incertezas sobre o comportamento das taxas de juros no Brasil trazem dúvidas sobre a continuidade desse processo.

O spread bancário médio, que mede a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa de captação de recursos pelos bancos, alcançou 18,85 pontos percentuais em maio. O número representa recuo de 3,13 pontos em relação a maio do ano passado, quando teve início a queda, e o nível mais baixo desde julho de 2022. Houve recuo tanto no caso de pessoas jurídicas (queda de 1,21 ponto, para 8,4 pontos) quanto físicas (4,45 pontos, para 23,86 pontos), segundo dados do Banco Central (BC).

Um dos principais fatores que explicam o movimento é a mudança na composição do crédito concedido após a pandemia, com a expansão de empréstimos considerados mais seguros e que, conseqüentemente, têm juros menores. “Desde o fim de 2022 os bancos subiram a barra, estão um pouco mais cautelosos”, diz Rafael Schiozer, professor de Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV).



Alguns exemplos dessa mudança na composição são o maior foco em linhas como cartão de crédito à vista e aquelas voltadas para compra de bens duráveis ou automóveis. Dados do BC apontam que a concessão de crédito para aquisição de veículos subiu 41,3% neste ano.

Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria, menciona a redução da inadimplência como um dos fatores para a queda mais intensa do spread da pessoa física. A inadimplência caiu de 4,2% em maio do ano passado para 3,7% no mesmo mês de 2024.

A economista explica que uma performance melhor do mercado de trabalho e o programa Desenrola, que incentivou a renegociação de dívidas, contribuíram para o resultado. “Além da queda da inadimplência nesses últimos meses, a gente tem uma dinâmica muito favorável do mercado de trabalho, que também alimenta uma percepção de risco um pouco menor para frente, ajudando os bancos a reduzir esse risco embutido”, diz.

Outro motivo foram os cortes na Selic promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Entre agosto de 2023 e maio, a taxa básica de juros recuou de 13,75% para 10,5%, sempre em termos anuais. No entanto, as dúvidas sobre a trajetória futura da Selic, diante de menor previsibilidade no cenário externo, turbulências fiscais e críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao BC, trazem incertezas também a respeito da continuidade da queda do spread.

O ciclo de cortes foi interrompido em junho, e o mercado projeta que a taxa básica de juros continuará no atual patamar de 10,5% até o fim do ano, segundo a edição mais recente do boletim Focus. Até meados do primeiro semestre, o mercado calculava que a Selic terminaria o ano em 9%.

“O comportamento do spread dependerá um pouco de como a situação das taxas de longo prazo será pacificada”, afirma Schiozer. “Se os investidores entenderem que o que o presidente Lula vem fazendo não tem muita importância para a política monetária e que a política fiscal não vai desandar, as taxas de longo prazo tendem a cair e os bancos terão mais apetite para correr riscos. Mas, caso a situação se deteriore ou não seja resolvida, talvez os bancos fiquem mais relutantes.”

Também para Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as perspectivas de médio prazo para o spread “estão muito associadas à maneira como o cenário macro vai evoluir”.

Mas, na avaliação de Bruno Lavieri, economista-chefe da consultoria 4intelligence, a manutenção da Selic no atual patamar até o fim do ano “não atrapalharia tanto” o recuo do spread, já que o indicador “parece responder mais à aversão a risco dos bancos do que ao ciclo econômico como um todo”.

“A perspectiva é que o spread continue caindo, ainda que a um ritmo lento, já que a própria inadimplência, principalmente para pessoas físicas, também vem cedendo lentamente”, diz.

Para além dos movimentos conjunturais, medidas para diminuir de maneira estrutural o indicador ganharam maior atenção a partir do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). Entre elas, estão a realização de mudanças no cadastro positivo, implantação do open finance e aprovação do novo marco legal de garantias. “Não estamos parados, estamos avançando, mas é um processo de mais longo prazo”, afirma Sardenberg, da Febraban.

Por sua vez, a equipe econômica do governo Lula considera que o indicador no Brasil é pressionado por dois fatores principais: inadimplência e margem de lucro das instituições financeiras. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a redução pela metade do impacto que ambos os fatores têm sobre o spread equivaleria a um corte perene de 5 pontos percentuais da Selic.

Além disso, para ampliar o acesso ao crédito de forma geral para pessoas jurídicas, a equipe econômica aposta em dois projetos de lei. O primeiro (14.905/24), sancionado por Lula no fim de junho, torna uniformes as regras para empréstimos realizados fora do sistema bancário. Já o segundo (2.925/23) busca proteger investidores do mercado de capitais contra fraudes contábeis. No momento, o segundo projeto está parado na Câmara dos Deputados. Os técnicos projetam que ambos os textos permitirão que as companhias tenham acesso a crédito mais barato no mercado de capitais, ainda que o spread bancário permaneça alto.

Um terceiro fator, mais amplo, que na avaliação do Ministério da Fazenda diminuirá o spread bancário para as empresas, é a reforma tributária sobre o consumo. De acordo com a pasta, as novas regras permitirão que as companhias tomadoras de empréstimos recuperem os impostos embutidos na operação, diminuindo assim a margem.

Ribeiro, da Tendências, avalia que é difícil visualizar como a reforma pode impactar diretamente na redução do spread, mas destaca que pode haver um efeito indireto. Segundo a economista, com a melhora do sistema tributário, a produtividade e competitividade podem aumentar, com impacto na capacidade de crescimento, no emprego e, por esse mecanismo, se reduziria a percepção de risco que “então bate no spread”. “A gente vê mais esse caminho indireto”, diz.